



IDENTIDADE NEGRA

**DIREITOS HUMANOS E
FORTALECIMENTO DAS
ORGANIZAÇÕES POPULARES**

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

DIRETORIA EXECUTIVA
(TRIÊNIO JUNHO 2009 – 2012)

Presidente

Eleni Rangel (IPIB)

Vice-presidente

Cibele Kuss (IECLB)

Primeira Tesoureira

Mary Joyce White Rocha (IEAB)

Segundo Tesoureiro

Guilherme Lieven (IECLB)

Primeiro Secretário

Dom André de Witte (ICAR)

Segunda Secretária

Girlaine Gomes Santos da Silva (IPUB)

Conselho Fiscal

Marco Antonio Villwock (IEAB), Irmã Judite Paulina Mayer (ICAR), Marcos Nunes da Silva (IPIB), Suplente: Claudio Marcio Rebouças da Silva (IPUB)

EQUIPE EXECUTIVA

Diretora Executiva

Eliana Rolemberg

Supervisor de Projetos

Dimas Galvão

Supervisora Administrativo-financeira

Maria Íris (Lia) da Silveira

A CESE é apoiada por: AIN - Ajuda da Igreja da Noruega, Brot für die Welt (Pão para o Mundo), Christian Aid, Church of Sweden Aid, Conselho Mundial de Igrejas, CWS, EED, Fundação Avina, FNV – Fundo para a Não Violência, Heifer, Heks, ICCO, Kerkinactie, Misereor, SDOP, UCC (Igreja Unida do Canadá)/CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional), Wilde Ganzen.

IDENTIDADE NEGRA

**DIREITOS HUMANOS E
FORTALECIMENTO DAS
ORGANIZAÇÕES POPULARES**

EAP 2008 - ENCONTRO DE AGENTES DE PROJETOS

Avaliação de Efetividade
do Programa de Pequenos Projetos
Política Direito à Identidade na Diversidade

Ficha Técnica

Identidade Negra - Direitos e Fortalecimento das Organizações Populares

Organização I Dimas Galvão
Rosana Fernandes
Viviane Hermida

Redação I Rosana Fernandes e Viviane Hermida

Revisão I Lucyvanda Moura e Rosana Fernandes

Fotos I Ricardo Teles
(Imagens gentilmente cedidas à CESE, para uso nesta publicação)

Projeto Gráfico I Vogal Imagem - Wallace Nogueira

Editoração I Inajara Diz, Viviane Freitas e Wallace Nogueira

Acompanhamento Editorial I Ana Paula Vargas

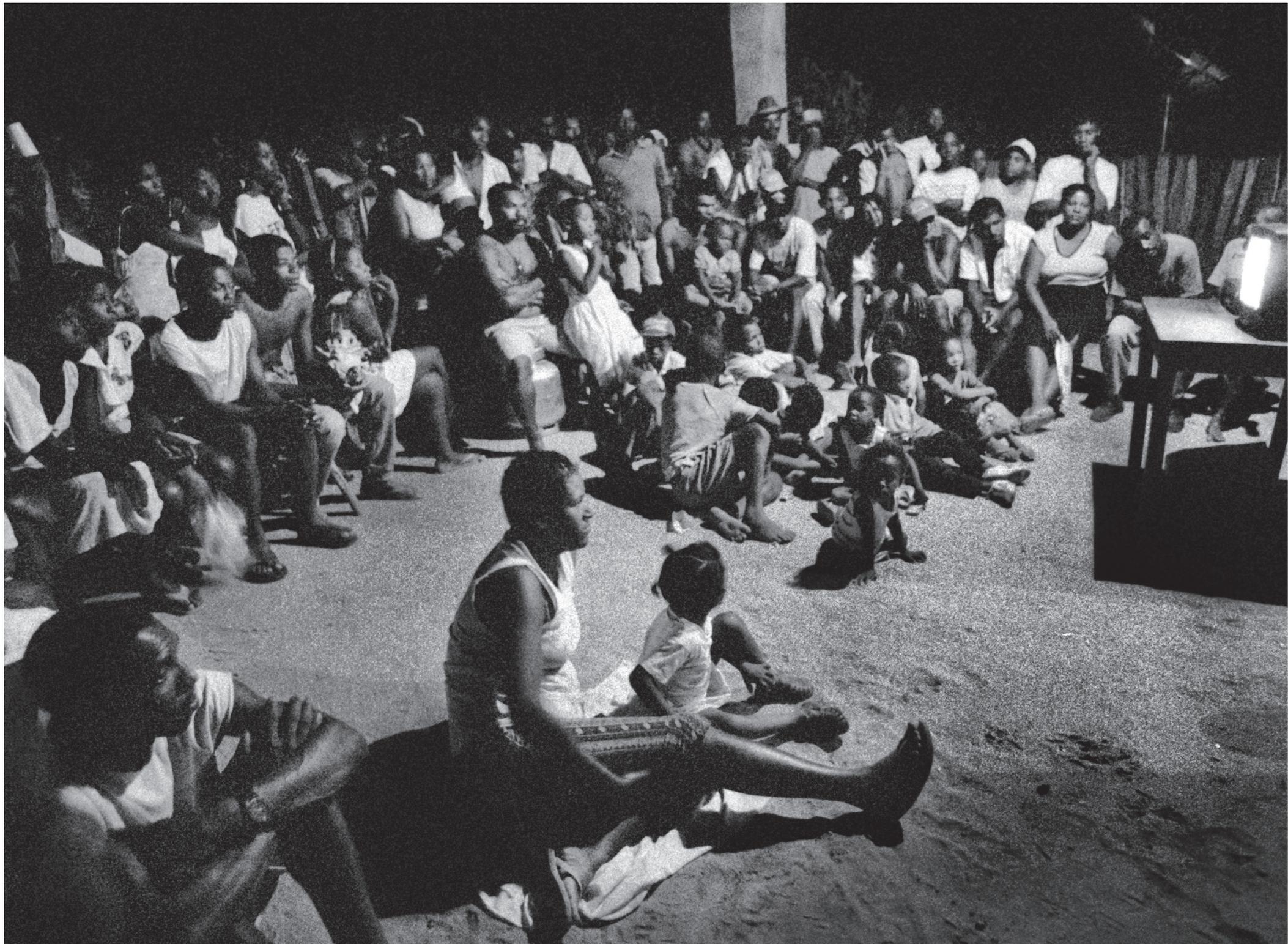
Impressão I Gráfica Cyan

Tiragem I 1000 exemplares

MATERIAL PUBLICADO PELA CESE EM 2010 COM APOIO DA FUNDAÇÃO KELLOG

ÍNDICE

Apresentação	5
1. A CESE e a promoção da <u>igualdade racial</u>	11
1.1 A contribuição da CESE à luta pela promoção da <u>igualdade racial</u>	13
1.2 Políticas Referenciais da CESE Direito à <u>Identidade na Diversidade</u>	16
1.3 Programa de Pequenos Projetos: avaliação de efetividade quanto à afirmação da <u>identidade negra</u>	20
2. Identidade negra: concepções, formas de afirmação política e a efetividade do Programa de Pequenos Projetos	27
2.1 <u>Concepções de identidade negra</u>	29
2.2 As diversas formas de afirmação política da <u>identidade negra</u>	36
2.3 Os efeitos do Programa de Pequenos Projetos na afirmação da <u>identidade negra</u>	53
3. <u>Recomendações</u>	66
4. <u>“Ecos” Do Encontro</u>	74
5. Projetos que participaram da amostra da avaliação de efetividade do PPP	80





APRESENTAÇÃO

Desde o início da atuação da CESE, sua opção pela defesa e garantia dos direitos humanos tem sido desafiadora. Se falar em direitos humanos não é fácil e essa posição chega a ser identificada com apoio a bandidos, enfrentar a polêmica discussão das discriminações e desigualdades econômicas, sociais e raciais, entre outras, é ainda mais complicado.

Hoje, quando se aborda os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, os direitos civis e políticos parecem um problema superado, mas, quando se considera o racismo e as desigualdades entre homens e mulheres, compreende-se que o acesso a esses direitos é ainda deficitário; boa parte da população negra e de mulheres rurais, ainda precisa garantir os direitos básicos para a construção de cidadania.

Concepções políticas que tomam de maneira fragmentada as dimensões de classe, raça/etnia e gênero interferem no entendimento das questões centrais e acabam por aprofundar as distâncias, prejudicando muitas possibilidades potenciais de articulação para se chegar ao reconhecimento de direitos comuns. O discurso de eliminação da pobreza esconde os elementos essenciais causadores das desigualdades e confunde mesmo os setores mais interessados na luta por democracia, pela afirmação de direitos, por um desenvolvimento transformador baseado na justiça.

A CESE optou por fortalecer os movimentos sociais em sua organização para garantia de direitos, reconhecendo seu protagonismo na exigência das mudanças necessárias e adotou uma série de princípios éticos, que sustentam essa política. Como exemplo: para construir estruturas em que prevaleça democracia com justiça, é fundamental a observância de práticas democráticas; a equidade nas relações sociais, sem discriminação de raça, etnia, gênero,



orientação sexual, credo religioso e opinião política; o respeito à diversidade religiosa e ao diálogo intereclesial e inter-religioso.

A CESE vem exercitando essa proposta há mais de 30 anos, inclusive com ações diretamente vinculadas à negritude e afirmação de direitos do povo negro. Nessa caminhada, cada tropeço – expressão de uma história de dominação – é uma ocasião de aprendizado para a superação de preconceitos e afirmação do compromisso da CESE com a luta anti-racista.

Em vários momentos, a CESE tem buscado conhecer mais, apoiar e participar da busca de um espaço de resistência e de enfrentamento dos problemas vividos pela população negra, pobre, discriminada. Entende que o ponto de partida para isso é encontrar, ouvir os diversos sujeitos e oferecer espaços para diálogo e articulação. Desse modo, é possível sintonizar as agendas da CESE com as dos movimentos.

Essa forma de atuação também foi adotada no processo de avaliação do Programa de Pequenos Projetos relativa à política referencial Direito à Identidade na Diversidade, envolvendo organizações do movimento popular que se propõem a trabalhar na promoção da igualdade racial. Nesse texto, apresentamos uma síntese das reflexões e orientações produzidas nessa avaliação, em especial, no Encontro de Agentes de Projetos –EAP.

Agradecemos a todas as pessoas envolvidas, de modo particular, a Makota Valdina, pela contribuição diferenciada ao debate, deixando registrado o desafio da promoção de diálogo entre igrejas cristãs e religiões de matriz africana.

Os insumos obtidos junto aos grupos participantes indicam a necessidade da CESE seguir em sua política pela afirmação da igualdade, contribuindo para o avanço na garantia de direitos da população negra, elementos essenciais para a construção de uma sociedade justa, livre da opressão de gênero e do racismo.

Eliana Rolemberg
Diretora Executiva







1 A CESE E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A CESE é uma entidade ecumênica sem fins lucrativos, composta por Igrejas que se unem no compromisso de afirmar a vida. Foi fundada em 1973, em plena ditadura militar, e tem como missão fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça. A principal forma de cumprir sua missão é contribuir com as iniciativas dos movimentos populares do Brasil mediante apoio a projetos.

Diversos segmentos e diversas iniciativas apoiadas para a defesa de direitos compõem o mosaico dos mais de quinze mil projetos de organizações do movimento social recebidos pela CESE ao longo desses 36 anos de existência. A maior parte dos recursos que mantêm os programas de apoio a projetos da CESE é proveniente da cooperação internacional ecumênica.



1.1 A CONTRIBUIÇÃO DA CESE À LUTA PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ao longo de sua história, a CESE mantém uma relação de parceria com organizações que trabalham com o povo negro, apoiando as mais variadas atividades, oportunizando momentos de diálogo e articulação, contribuindo para o aprofundamento de temáticas prioritárias para o fortalecimento dessas organizações na defesa de direitos. Em áreas urbanas, são apoiados mais frequentemente pequenos projetos de combate ao racismo e contra a intolerância religiosa, iniciativas educacionais, articulações entre os segmentos negros organizados, protagonismo e defesa de direitos das mulheres negras, geração de trabalho e renda, cultura e cidadania com crianças e adolescentes, saúde nas comunidades de terreiro, semana da consciência negra etc. No meio rural, a CESE vem apoiando sobretudo ações que visam a defesa dos territórios de remanescentes de quilombos, observando o respeito às formas diferenciadas de uso do solo de acordo com a cultura e tradição das comunidades, direitos estes já reconhecidos pela Constituição Brasileira.

No campo do diálogo e articulação, a CESE tem promovido espaços de aproximação e diálogo entre igrejas cristãs, religiões de matriz africana e movimento negro. Entre essas iniciativas, merece destaque o encontro, promovido pela CESE em 1994, em Salvador, entre o secretário-geral e uma representante do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas e lideranças de terreiros, militantes, estudiosos e personalidades ligadas ao movimento negro na Bahia. Em 2004, a CESE organizou um encontro de representações de terreiros de candomblé e do movimento negro de Salvador com outro Secretário Geral do

Conselho Mundial de Igrejas.

Nos últimos anos, a CESE realizou rodas de diálogo com organizações do movimento negro em Salvador e São Luiz do Maranhão e encontros com lideranças quilombolas da Bahia, participou de conferências de promoção da igualdade racial e de eventos promovidos pelo movimento negro no intuito de conhecer a luta desse segmento, se aproximar da realidade das organizações e verificar possibilidades de colaboração. Esses são apenas alguns exemplos de iniciativas da CESE no campo do diálogo sobre a questão racial.

No campo do apoio a projetos, destaca-se o Programa de Apoio ao Movimento Negro – PAMN, (1996 a 2002), no qual foram apoiadas quatro organizações diretamente para a promoção da igualdade racial¹. Para além do fortalecimento dessas organizações, o programa teve como um de seus fundamentos a necessidade de trazer para o interior das igrejas, dos movimentos sociais e das agências de cooperação o debate sobre a questão racial no Brasil. A experiência foi sistematizada na publicação: *Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?*

No Programa de Apoio Estratégico (PAE), que apóia redes e articulações para intervenção em políticas públicas, a CESE priorizou a inclusão de projetos voltados para o povo negro entre as propostas selecionadas. Na atual edição (2007 a 2010), foi contemplado o Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia. Na edição anterior (2003 a 2006), foi apoiada a Articulação Brasileira de Organizações de Mulheres Negras.

Através do Programa de Pequenos Projetos (PPP) a CESE tem apoiado cerca de 35 projetos anuais beneficiando especificamente a população negra. É importante ressaltar que, nos últimos três anos, observa-se um aumento considerável de projetos apoiados pela CESE com esse público, indicando que há um número maior de demandas, fruto da crescente organização desse segmento e da pró-atividade da CESE nesse campo.

1. Centro de Cultura Negra do Maranhão, Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (PA).





1.2 POLÍTICAS REFERENCIAIS DA CESE

Para orientar seu trabalho, a CESE definiu quatro políticas referenciais, tendo como eixo central os Direitos Humanos. São elas: Direito à Cidade; Direito a Terra e Água; Direito a Trabalho e Renda e Direito à Identidade na Diversidade. No gerenciamento dos programas de apoio a projetos, é feita uma classificação a partir da relação que os projetos estabelecem com as diversas políticas. É na política referencial Direito à Identidade na Diversidade que a CESE classifica os projetos que buscam ou afirmam identidades coletivas, que lutam contra as injustiças sociais e por direitos diferenciados.

DIREITO À IDENTIDADE NA DIVERSIDADE ²

A proposição desta nova política referencial no planejamento estratégico da CESE para 2006-2010 parte de três pressupostos: do caráter de mudança permanente das sociedades contemporâneas e a constatação de que elas não são um todo unificado e delimitado; do reconhecimento do caráter estrutural das desigualdades sociais no Brasil, marcadas pela estratificação de classe, raça, etnia e gênero e; da necessidade de garantia de direitos diferenciados, de uma perspectiva de relevância e opção política das identidades organizadas em movimentos sociais, e que demandam da CESE apoio na luta por direitos e reparações.

2. Texto adaptado do Planejamento Quinquenal da CESE – 2006-2010.

O século XX foi particularmente um período de grandes transformações. No Brasil, a década de 70, marcada pela forte repressão aos direitos políticos pelo golpe militar de 1964 foi um período de reconfiguração dos movimentos sociais, que não identificavam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe. Classe deixou de ser a única categoria mobilizadora dos variados interesses e a paisagem política foi, dessa forma, povoada por novas identidades de “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas, definidas historicamente na própria dinâmica da luta política. São identidades forjadas para a resistência e sobrevivência, mas, sobretudo para redefinir uma nova posição na sociedade e buscar a transformação de toda a estrutura social. São identidades pertencentes à base política definida por novos movimentos sociais, ou pelo fortalecimento de alguns, como os movimentos feminista, negro e indígena, ou mais especificamente remanescentes de quilombos, sem terras, homossexuais, atingidos por barragens, mulheres agricultoras, negras, extrativistas, pescadores artesanais, sem teto, meninos e meninas de rua, bairros e favelas, praticantes de religiões diversas, entre outros.

As demandas específicas desses segmentos precisavam de canais mais efetivos para ganhar visibilidade e exigir respostas do Estado e da sociedade. A organização desses segmentos permitiu que associações e instituições, afirmando-se como identidades coletivas e sujeitos políticos constituíssem a base dos novos sujeitos sociais, exigindo medidas concretas para confrontar abusos e reverter desigualdades.

Importantes demandas destes novos sujeitos políticos ganharam maior legitimidade na Assembléia Nacional Constituinte, na segunda metade da década de 80. Como resultado de ações de pressão e articulação, segmentos como mulheres, indígenas e negros





conseguiram transformar em lei compromissos internacionais já assumidos pelo Brasil e outras demandas de promoção da equidade, garantindo a inclusão de artigos referentes a direitos desses segmentos da sociedade na Constituição. No entanto, esse não foi um processo marcado apenas por vitórias. A especificidade dos diversos grupos e etnias, por exemplo, não teve tratamento conveniente. Talvez ainda como herança do regime militar, temia-se que a valorização da diferença e o reconhecimento explícito de identidades coletivas distintas e auto-organizadas pudessem implicar em reivindicações de autonomia, separação territorial ou instauração de direitos especiais, opostos aos valores da República brasileira. Exemplo disso é a dificuldade que os povos indígenas ainda enfrentam no reconhecimento do direito aos seus territórios.

Outro fato demonstrativo do descaso do Estado brasileiro foi a ratificação, apenas em 1992, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC. De fato, foi ao longo da década de 90, principalmente com a realização de conferências nacionais, que os Direitos Humanos ganharam maior visibilidade no país. Os Direitos Culturais, no entanto, foram tratados de maneira muito breve no pacto. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2004, publicado pelo PNUD, chama a atenção para o fato de que, das cinco categorias de direitos humanos, os direitos culturais são os que vêm recebendo menor atenção.

O Brasil ocupa o 11º pior lugar em distribuição de renda no mundo. Além desse dado geral, alguns recortes da desigualdade merecem destaque. Um deles refere-se à persistência de grandes desníveis entre mulheres e homens em diversas áreas, a exemplo da inserção no mercado de trabalho. Um outro recorte essencial para compreender a realidade brasileira, conforme explicitado no contexto, é a desigualdade étnica e racial, sendo negros e indígenas profundamente afetados pela exclusão social. De acordo com a terceira edição do Retrato das Desigualdades de gênero e raça (IPEA,



UNIFEM e SPM, 2008), os negros formam 49,8% da população total, mas representam quase 70% entre os 10% mais pobres.

Outros aspectos da desigualdade no Brasil que têm mobilizado a sociedade estão relacionados aos recortes de geração, sendo crianças, jovens e idosos particularmente desrespeitados em seus direitos; e à diversidade religiosa, com o aprofundamento dos fundamentalismos e da intolerância religiosa. Nesse campo, o papel da CESE é estratégico, considerando sua identidade ecumênica e seu firme propósito de promover o diálogo inter-religioso e a diaconia ecumênica.

Para que o Brasil consiga erradicar a pobreza, precisa enfrentar, com êxito, o desafio do combate à desigualdade, nas diversas formas em que ela se expressa. O desenvolvimento humano tem a ver primeiro, e acima de tudo, com a provisão das oportunidades para que as pessoas possam fazer escolhas, considerando as suas necessidades e demandas específicas, historicamente constituídas.

Por entender a necessidade de garantia dos direitos dessas populações, a CESE decidiu estabelecer como uma de suas Políticas Referenciais o Direito à Identidade na Diversidade, relacionando-se com sujeitos políticos que lutam por direitos, ampliação da cidadania e democracia plena. É nesse sentido que a CESE compreende a necessidade do reconhecimento e do reforço das identidades coletivas como estratégia de resistência e valorização de populações e de preservação de seus valores como forma de enfrentar as ameaças ambientais, a exclusão, a pobreza e a violência.





1.3 PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS: AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE QUANTO À IDENTIDADE NEGRA

Programa de Pequenos Projetos (PPP) da CESE apóia em média 400 iniciativas a cada ano. Como parte do sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Programa, foi definida a realização de avaliações do Programa com base em amostras de projetos, diante da impossibilidade de fazê-lo com todo o universo de projetos apoiados.

Para o quinquênio 2006-2010, além de uma avaliação para verificar o efeito do PPP no fortalecimento institucional dos grupos apoiados no Programa, estão previstas quatro avaliações de efetividade – uma para cada política referencial - para verificar os efeitos externos alcançados na promoção de mudanças sociais e econômicas das comunidades atendidas pelos projetos. Cada avaliação contempla um tema específico dentro da política ou um setor populacional específico.

Para a política referencial Direito à Identidade na Diversidade, o recorte escolhido foi a população negra urbana, considerando o empenho da CESE nos últimos anos em ampliar sua atuação e reflexão em áreas urbanas e junto a esse segmento. Um segundo recorte foi geográfico: a avaliação só tratou de projetos da Região Metropolitana de Salvador, por ter um alto

percentual de população negra e por concentrar um conjunto significativo de iniciativas voltadas para essa população. Assim, a amostra compreende 16 projetos apoiados entre 2004 e 2006 tendo a população negra como público beneficiário, conforme tabela a seguir³ :

3. Para mais informações sobre os projetos, ver Anexo I.

**GRUPO/ORGANIZAÇÃO****PROJETO**

Associação Cultural Afoxé Ganga Zumba	I Seminário de Religiões de Matriz Africana
Associação Quilombo Raiz Jovem	Projeto Beleza Negra
Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin	Capacitação de Advogados Populares Com Beleza, Arte e Esporte, vamos descobrir sempre nossa Consciência Negra para lutar pelos nossos direitos, promovendo o axé.
Centro Arquidiocesano de Articulação da Pastoral Afro	Afro-Descendentes Rumo ao Ensino Superior
Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos - Bahia	Curso de Formação sobre Bíblia e Negritude
Grupo Cultural Hiphopcom compromisso	Hip Hop Soletrando Atitudes
Grupo Hermes de Cultura e Promoção Social	III Feira de Saúde da Casa Branca
Kunderene - Associação Tanuri Junsara	II Bazar Tanuri
Lar Joana Angélica	Rap'ensando a Educação
Posse de Conscientização e Expressão - Lauro de Freitas	IV Seminário Mulheres em Ação: O Matriarcado - Do Terreiro ao Hip hop
Rede Aiyê Hip Hop	Núcleo De Comunicação Rede Aiyê Hip Hop
Simple Rap'ortagem	Quadro Negro
Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá	Seminário Municipal sobre Raça e Renda
Sociedade Cultural e Carnavalesca Afoxé Filhos do Korin Efan	Seminário Religiosidade de Matriz Africana no Brasil
Sociedade Religiosa e Beneficente São Salvador - Ilê Axé Oxumarê	Viagem Visual e Oral na Historia no Ilê Axé Oxumarê





Vale a pena mencionar que, para aprofundamento da temática da identidade negra, como parte da preparação da equipe da CESE, foi realizado um ciclo de debates com especialistas: João Reis, historiador, contribuiu com o tema da resistência escrava no Brasil; Wlamyra Albuquerque, historiadora, abordou a questão do racismo e resistência negra no período pós-abolição e Samuel Vida, advogado, coordenador do Aganju - Afro-Gabinete de Articulação de Iniciativas Institucionais e Jurídicas, contribuiu com a reflexão sobre raça, racismo e construção de identidade de luta.

A metodologia da avaliação propriamente dita incluiu, inicialmente, visitas aos projetos da amostra, quando foram feitas entrevistas baseadas em questões orientadoras. Em seguida, foi realizado o Encontro de Agentes de Projetos (EAP; julho de 2008), com representantes dos projetos da amostra, tendo como eixo central a reflexão sobre identidade negra. Para esse momento, contamos com a consultoria de Nádia Cardoso, educadora, e colaboração de Sílvio Humberto, coordenador executivo do Instituto Cultural Steve Biko e Luiza Bairros, ativista do movimento negro e feminista. Por fim, foi realizada uma oficina interna com a equipe da CESE para refletir sobre os conteúdos debatidos no encontro.

Cada momento da avaliação trouxe aportes muito significativos para a CESE e para os grupos apoiados. O conteúdo a seguir traz alguns dos principais pontos debatidos e as recomendações resultantes de todo esse rico processo.







2.1 CONCEPÇÕES DE IDENTIDADE NEGRA

29

IDENTIDADE NEGRA, direitos humanos e fortalecimento das organizações populares



2 IDENTIDADE NEGRA: CONCEPÇÕES, FORMAS DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA E A EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS

As organizações apoiadas apresentaram suas concepções de identidade a partir da vivência nos diferentes espaços sociais. O contexto geral é marcado pelas consequências da colonização e da escravidão, pelo racismo e pela discriminação. No entanto, é preciso reconhecer os processos diferenciados de construção de identidade negra em espaços de afirmação da identidade negra, como ocorre nos terreiros de candomblé e identidades construídas em espaços de negação ou desvalorização da identidade negra, como a escola pode ser, por exemplo.

Um ponto fundamental afirmado pelo conjunto das organizações foi o fato de que a construção da identidade coletiva como povo negro está intimamente ligada à reconstrução da identidade pessoal. Nesse sentido, surgiram diversos relatos de experiências pessoais das lideranças que participaram da avaliação, em conexão com o trabalho que realizam em suas organizações:

“Assim como eu, as crianças se sentem inferiores por serem negras; lembro que na minha infância de vivência cristã, eu fazia oração para acordar branca e pensava comigo mesma: ‘que bom que não nasci na África’”



“Gosto muito de participar desses encontros, pois, após 50 anos vivendo no meio de brancos, querendo ser o mais branca possível, tenho cinco anos trilhando esse caminho de resgate, depois que meu inquite me solicitou de forma veemente que eu o assumisse”.

Foi ressaltado que, ao possibilitar a resistência coletiva à discriminação, o trabalho das organizações negras promove um processo de ressignificação das identidades negras. Os resultados dos projetos implementados pelas organizações falam de identidades negras (re)criadas num contexto de afirmação da negritude e dos valores da comunidade negra. Dessa perspectiva, podemos falar em dois processos: a identidade negra construída nas organizações populares de forma mais ampla e a identidade negra construída nas organizações religiosas de matriz africana.

A IDENTIDADE NEGRA CONSTRUÍDA NAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

A identidade negra é reconstruída nas organizações populares através do desenvolvimento da consciência negra, ou seja, as organizações negras possibilitam às pessoas negras o conhecimento da história e cultura negra - omitidas, silenciadas e deturpadas pela dominação do racismo. Dessa forma, o trabalho político das organizações é realizado na perspectiva de que as pessoas negras entendam os processos políticos que as colocaram em situação de exclusão social. Entender as causas que determinam a pobreza e a violência em que os negros e negras vivem e que estruturam seu lugar social é imprescindível para



compreender que são condições construídas de exclusão, e, portanto, não são inerentes às pessoas negras. Isso significa entender o racismo como uma construção para hierarquização da sociedade a partir da condição racial. Essa consciência é que gera luta política - é a consciência negra.

A culpabilização e a inferiorização por essa condição são substituídas por um entendimento das causas e consequências político-sociais e dos impactos subjetivos do racismo. Como foi dito no EAP:

“A consciência negra transforma a culpa em direito”

É por essa razão que o, ao falar sobre o seu projeto *Rap' ensando* a educação, o Lar Joana Angélica afirma a impossibilidade de educar crianças e jovens da periferia de Salvador sem tratar das questões raciais, como identidade, auto-estima e estética negra. O CAAPA, com seu projeto *Afro-Descendente Rumo ao Ensino Superior* buscou contribuir para que a comunidade negra de Fazenda Coutos afirmasse sua identidade como afro-descendente e quilombola como estratégia de empoderamento para garantir o acesso ao ensino superior. Já a Posse Comunicação e Expressão (PCE), com seu projeto *IV Seminário Mulheres em Ação* procurou elevar a auto-estima da mulher negra. O Quilombo Raiz Jovem, com o projeto *Beleza Negra*, trabalhou a auto-estima do homem e da mulher negra, defendendo a centralidade da questão racial:

“Não dá pra olhar somente a questão de classe. Antes tem que olhar raça e gênero. O projeto mobilizou e chamou a atenção da comunidade para a questão racial”.





Ficou evidenciada também a diversidade de processos de construção da identidade negra, revelando-se mais adequado falar em identidades negras, considerando os distintos espaços em que elas se constroem e se fortalecem: terreiros, quilombos, irmandades, etc.

IDENTIDADE NEGRA CONSTRUÍDA NAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS DE MATRIZ AFRICANA⁴

As organizações e lideranças oriundas das religiões de matriz africana participantes da avaliação enfatizaram que a identidade negra construída nesses espaços está fundamentada na ancestralidade, ou seja, já se nasce com uma identidade forjada pela vivência dos ancestrais, herdada ao nascer. Assim, nas palavras de um participante do EAP:

“Não somos o que o livro de ciência diz - um ser que nasce, cresce e morre. Temos uma ancestralidade; antes de sermos matéria, uma série de fatos aconteceram. Somos folhas, somos ventos, e isso é identidade. Já nascemos com nossa identidade. Dessa forma, para entendermos o processo de construção da identidade negra nas organizações religiosas de matriz africana, o conceito de ancestralidade é imprescindível – nascemos filhos e filhas de Ogum ou Iemanjá ou Xangô ou Oxum, etc., nossos pais e mães, heróis e heroínas ancestrais)

4. Algumas vezes, a palavra candomblé aparece no texto e nas falas para referir-se a um conjunto de expressões religiosas de matriz africana. Essa referência foi mantida, mas há uma compreensão de que o candomblé é apenas uma expressão da diversidade religiosa de matriz africana na Bahia e no Brasil.



– e isso impacta na nossa identidade. Mais do que isso; isso é identidade.”

As organizações religiosas de matriz africana são fonte de significados para a (re)construção e fortalecimento das identidades negras. Elas são reconhecidas como espaços de preservação de valores africanos e afro-brasileiros que são buscados cada vez mais pela militância negra para o fortalecimento da identidade. Há um bom grau de concordância entre as organizações de que um terreiro de candomblé é um quilombo, pelo papel de resistência negra que desempenhou durante o período de escravidão no Brasil e continua desempenhando nos dias de hoje.

“Líder de candomblé não é sacerdotisa, é pai ou mãe. Quando perdemos mãe, perdemos pai, foi resgatada a figura do pai, a figura da mãe. Quando tiraram o nome da gente, a gente resgatou nessa família. Candomblé é muito mais que um grupo religioso, é um grupo de resistência, de resgate de uma identidade negra que foi tirada de nós. É preciso ver o candomblé a partir daí, depois vai ver as outras coisas...”

Outro ponto importante colocado pelo grupo foi o papel das religiões de matriz africana na preservação ambiental nos espaços urbanos, já que os elementos da natureza são fundamentais para a garantia da continuidade dos rituais religiosos.





IDENTIDADE NEGRA E POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

A adoção de políticas de ação afirmativa⁵ expressa o reconhecimento da história de exclusão do povo negro e, embora não possa dar todas as respostas para o problema do racismo e da discriminação, é um importante passo rumo à construção da igualdade.

Com a crescente implementação de políticas afirmativas, por um lado, surgem muitas polêmicas e resistências. Por outro lado, como colocou um participante do EAP, aparece a “afro-conveniência”, ou seja, pessoas brancas reivindicando uma identidade negra para usufruir também dessas políticas conquistadas:

“Eu não posso dizer que sou branco porque meu bisavô era português, mas os brancos podem dizer que são negros para entrar [na universidade] pelas cotas, porque tiveram bisavô negra. As pessoas começam a resgatar essa árvore no momento em que ela está lucrando... O racismo não está no sangue:

5. Ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário concebidas com vistas à promoção de populações historicamente discriminadas e ao combate à discriminação. Estabelecimento de cotas são apenas um tipo de ação afirmativa. Outras possibilidades incluem incentivos fiscais para quem emprega negros, por exemplo. Políticas de ação afirmativa têm como objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, concretizando o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego.



ninguém aqui foi discriminado por ter 30% de sangue negro; a polícia militar não faz exame de sangue para saber se você é negro ou não. O policial olha na cara. E no preto, “desce a madeira”. O racismo está no fenótipo, ele não está no biológico. O que os brancos podem fazer para enfrentar o racismo é assumir: ‘eu sou privilegiado numa “Eu não posso dizer que sou branco porque meu bisavô era português, mas os brancos podem dizer que são negros para entrar [na universidade] pelas cotas, porque tiveram bisavô negra. As pessoas começam a resgatar essa árvore no momento em que ela está lucrando... O racismo não está no sangue: ninguém aqui foi discriminado por ter 30% de sangue negro; a polícia militar não faz exame de sangue para saber se você é negro ou não. O policial olha na cara. E no preto, “desce a madeira”. O racismo está no fenótipo, ele não está no biológico. O que os brancos podem fazer para enfrentar o racismo é assumir: ‘eu sou privilegiado numa cidade racista por eu ter uma cor da pele diferenciada’ É um exercício que a gente propõe”





2.2 AS DIVERSAS FORMAS DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA DA IDENTIDADE NEGRA

As organizações com projetos na área de educação reafirmaram o entendimento de que já nascemos com identidade negra, identidade que se expressa ou se reprime a depender do contexto de afirmação ou desvalorização da negritude.

Foram elencadas várias estratégias utilizadas pelas organizações para afirmação da identidade negra:

- Promoção do acesso de negras e negros à história e cultura africana e afro-brasileira, silenciadas ou distorcidas na educação brasileira. Um ponto importante nesse campo, enfatizado por representantes de comunidades de terreiro, é que a implementação da Lei 10.639/03⁶ não deve ser confundida com “ensinar candomblé”. Deve ter como um eixo fundamental a desconstrução da idéia de que os/as estudantes são descendentes de escravos, substituindo-a pela noção de que são descendentes de pessoas que foram escravizadas. Além disso, é importante que a escola trabalhe o respeito às diversas religiões, inclusive as religiões de matriz africana.

6. A Lei 10.639/03 prevê o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do País. Em 2008, a Lei recebeu um complemento para a inclusão da história e cultura indígena passando a ter o número 11.645/08.

- Resgate da história de resistência negra, inclusive com o estímulo à identificação das comunidades como quilombos urbanos.
- Promoção do aumento da representação da população negra na universidade como um direito, através do debate sobre negras e negros como sujeitos do conhecimento e sobre cotas para negros/as nas universidades públicas.
- Empoderamento da população negra, ampliando projetos de vida e gerando autoconfiança sobre sua capacidade de ocupar espaço nas diversas instituições educacionais e no mundo do trabalho.
- Formação de lideranças, a exemplo do curso, promovido pelo Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin, para “advogados populares” (multiplicadores/as) em temas ligados aos Direitos Humanos e instrumentos jurídicos básicos.
- Uso de elementos da estética negra, como cabelo black e ojá (torço) entre outros, resistindo às manifestações de racismo que comumente provocam quando são usados.

As organizações religiosas enfatizaram seu caráter de resistência negra a partir da estruturação de espaços de afirmação de valores afro-brasileiros, tanto na relação com o sagrado como na vida comunitária.





No universo cristão, foi enfatizada a importância das celebrações inculcadas, com resgate de elementos de matriz africana e das leituras libertadoras da Bíblia, a partir de uma perspectiva da negritude. Além disso, foi ressaltado o papel das irmandades negras como instrumentos de resistência do povo negro frente às imposições da Igreja Católica ao longo da história, até mesmo com o desenvolvimento da dupla pertença ao catolicismo e ao candomblé.

“Muita coisa foi criada no fundo daquela Igreja [Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos], inclusive as coisas do Axé.”

Foi ainda observado que há dificuldades por parte de alguns militantes do movimento negro de perceber que há um processo de resistência negra em outras religiões que não aquelas de matriz africana.

No universo das religiões de matriz africana, a identidade negra está intrinsecamente atrelada à religiosidade. Quem nasce no terreiro, já nasce inserido num contexto de afirmação dos valores afro-brasileiros, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade negra. Muitas pessoas negras que foram criadas sem contato com os terreiros vivenciam uma experiência de distanciamento de sua própria cultura e acabam encontrando nos terreiros um espaço de resgate e fortalecimento da identidade que foi negada a negras e negros.



No entanto, compreende-se o terreiro como um *locus* da diversidade. Há adeptos de várias raças e mesmo aquelas pessoas que não fazem parte do candomblé participam de algumas atividades religiosas ou ações sociais promovidas pelas comunidades de terreiro.

“O terreiro é uma casa aberta para a comunidade”

Assim, os terreiros promovem uma interação muito intensa com a comunidade, respeitando as diferenças, o que acaba por influenciar a visão de mundo da comunidade do seu entorno.

Subjacentes às práticas das organizações ligadas às religiões de matriz africana, podem ser identificadas diversas estratégias de afirmação da identidade negra:

- Propiciar a descoberta e a vivência de “um jeito negro de viver”, promovendo assim a valorização e a preservação da identidade negra.
- Alimentar a militância negra de valores e visões de mundo africano e afro-brasileiro, a partir da convivência nos terreiros. Esse é um elemento interessante, considerando-se que era muito forte na esquerda uma concepção de religião como “ópio do povo”.
- Promover a cidadania para a população negra excluída que vive nos arredores dos terreiros, através de ações





sociais como oficinas temáticas, parcerias com outras instituições e atividades de geração de trabalho e renda.

- Lutar contra a intolerância religiosa, dando visibilidade às demandas do povo de santo por direitos, através de manifestações de rua, participação em conferências e da própria identificação, na esfera pública, como negros e negras do candomblé.

De fato, hoje já há um reconhecimento da existência de um segmento político do povo de santo, o que se torna bastante visível durante as conferências de direitos em diversas áreas (saúde, educação, igualdade racial, políticas para mulheres, etc):

“A intolerância incita a gente a se organizar. Esse movimento começou lá na década de 80, quando houve aí uma morte que atribuíram a culpa ao povo de santo e que as entidades negras foram para as ruas em maior peso. E eu sou testemunha que, naquela época, visitando os terreiros para incorporar a essa ação política, encontrei muita resistência: ‘Não, a gente tem que ficar aqui mesmo! Isso é com o movimento negro’. Como se a comunidade de terreiro não tivesse inserida no movimento negro. Hoje o discurso é outro. E hoje não, a gente está fazendo questão de ir e ir junto, de participar das mobilizações do movimento negro. Cada terreiro é soberano, mas há questões comuns a todos – seja angola, seja ketu, caboclo, umbanda – que mostram que nós, o povo de santo, temos consciência política coletiva”



As organizações com projetos na área cultural enfatizaram o poder transformador da valorização da cultura negra nas comunidades. As práticas de valorização cultural recorrem necessariamente à afirmação da identidade negra como elemento fundamental, associado ao resgate da auto-estima que, por sua vez passa pelo desvelamento do racismo e dos valores eurocêntricos dominantes na nossa sociedade.

Pode-se dizer que essas organizações buscam afirmar a identidade negra através da luta pelo direito à diferença e pelo direito desses diferentes à igualdade. Foram pontuadas as seguintes estratégias:

- Promoção de mudanças na percepção negativa sobre a negritude, através da valorização de elementos da cultura negra, de maneira ampla e, em particular, da estética negra. De fato, a elevação da auto-estima apareceu como um elemento central para a afirmação da identidade e combate à discriminação. Nos projetos ligados ao Hip Hop e educação, isso ocorre nas próprias letras de rap, além de ser tratado nas oficinas e cursos. Já nos terreiros, a valorização de elementos da cultura negra se dá através da convivência e do “exemplo”.

“A música, a dança, a capoeira, o candomblé e o acolhimento da vida em família podem ser aliados poderosos no resgate da auto-estima”.

“A gente acredita na arte como instrumento de transformação social e de mudança, porque é a





juventude que está sofrendo com as injustiças nesse país. Essa juventude que se organiza através de vários grupos culturais na comunidade, não só o movimento Hip Hop, mas através da arte, através da cultura, usada como instrumento de mobilização, de conscientização e de proposição de mudanças é a grande prova de que a cultura está ajudando a mudar a realidade das periferias, porque esses jovens estão se preocupando com a saúde do bairro, com a urbanização do bairro, com a questão da violência, com a questão da educação, não só se preocupando em ser famosos. Estão usando aquilo ali para atrair mais jovens para dentro daquelas oficinas, daquelas atividades, para discutir direitos humanos, discutir sobre cidadania, discutir religiosidade, discutir sobre universidade.”

Nesse campo, foi também ressaltada a importância de trabalhar a identidade negra construída em diálogo com as diferentes referências encontradas no contexto em que o trabalho está inserido, a exemplo do projeto realizado em Valéria pelo Lar Joana Angélica, em que há forte presença da cultura sertaneja e indígena, devido à origem das pessoas que hoje habitam o bairro.

- Promoção da reflexão sobre a forma negativa como a mulher negra é retratada na televisão, nas propagandas, nas letras de pagode e na mídia em geral.
- Defesa do direito da população negra à comunicação, utilizando os meios de comunicação para dar



visibilidade à produção cultural negra, a exemplo do programa de jovens negros na Rádio Educadora, o “Evolução HipHop” , e afirmando-se como sujeito na produção de conhecimento sobre sua própria história e a cultura.

“Durante muito tempo, eu só podia saber de mim mesmo lendo o que outros autores escreviam. Precisamos escrever sobre a gente, falar sobre a gente, já que quem sempre falou sobre a gente foi o outro”.

- Estímulo ao diálogo entre as lideranças juvenis do hip hop e as lideranças de terreiros, o que Estímulo ao diálogo entre as lideranças juvenis do hip hop e as lideranças de terreiros, o que gera certo estranhamento quanto às formas de organização do poder, mas também possibilita trocas positivas entre os dois universos, como ocorreu no projeto *IV Seminário Mulheres em Ação: O Matriarcado – Do Terreiro ao Hip hop*, da Posse de Conscientização e Expressão. Esse intercâmbio contribui, por um lado, para a vivência e respeito à ancestralidade pela juventude e, por outro lado, para renovações em algumas práticas dos terreiros, principalmente pela adoção de novas tecnologias.

“Juventude no candomblé é um choque, mas é um bom choque. Do mesmo modo que eu critico o anseio de querer





entrar para o candomblé – no candomblé você não entra, você é chamado – o candomblé tem aprendido com esse jovem. Ele vai com um instrumental que o candomblé precisa: por exemplo, como elaborar projetos, como fazer articulações, etc. Isso é um bem para o candomblé”.

A seguir, é apresentada uma síntese das contribuições de Luiza Bairos e Sílvia Humberto à roda de diálogo, em que as pessoas participantes do EAP também trouxeram pontos para debate. Observamos que não houve a pretensão de retomar todos os pontos trazidos para a discussão.

CONTRIBUIÇÃO DE LUÍZA BAIROS

Tradicionalmente, o movimento negro não trabalha com a categoria identidade negra, mas sim com a idéia de consciência negra, entendida como uma estratégia desenvolvida pelo movimento para politizar a identidade, de modo que a população negra, como sujeito coletivo, busque direitos historicamente negados. É preciso exercitar o olhar diante das comunidades nas quais moramos e dos grupos com os quais trabalhamos para que possamos enxergar o que existe de identidade negra na vivência das pessoas, pois elas vivenciam essa identidade negra e, de algum modo, consideram importantíssima a sua manutenção independentemente de saber que o conceito existe. O trabalho de lideranças de organizações populares é, portanto, encontrar as formas de politizar essa identidade.

Os movimentos passaram a “resgatar” (ou importar) o conceito



de identidade e outros conceitos para que pudessem se comunicar com o restante da sociedade sobre as demandas da população negra. É importante que o movimento negro se aproprie do conceito de identidade, para compreender tanto os seus limites, como o que ele pode trazer de positivo para o povo negro.

De fato, a identidade é um conceito construído academicamente, principalmente no campo da antropologia, para dar conta da diversidade étnico-racial. Mas, só num contexto marcado pelo racismo, a identidade é questionada, torna-se a algo a ser investigado.

Se a identidade é relacional, como diz a antropologia, só é possível se perceber e construir a identidade de uma pessoa ou grupo na relação com o outro. Assim, fica colocada a questão: ‘como é possível a construção de uma identidade negra, se a identidade branca não está colocada?’. É preciso considerar, portanto, que se existem identidades negras (no plural), há também identidades brancas. Até por isso, constituiu-se um novo campo de estudos acadêmicos sobre a branquitude, com forte atuação de pessoas negras dispostas a desvendar o outro lado da questão:

“Devem existir elementos na formação da identidade das pessoas brancas que nos ajudem a explicar os mecanismos racistas que são perpetuados na sociedade. Ao desvendar os elementos de uma possível identidade branca, poderemos ganhar maiores possibilidades de ter estratégias mais efetivas para combater isso que a gente chama de racismo e que nos coloca nessa posição de subordinação política em que nos encontramos.”





Ao mesmo tempo, é importante compreender o racismo no plural, isto é, reconhecer que existem várias formas de se exercitar o racismo no mundo e até mesmo no Brasil, para que sejam desenhadas estratégias adequadas de enfrentamento.

Ainda sobre as estratégias do movimento negro, observa-se que a ação direta de provocar o Estado, para assumir sua responsabilidade no combate ao racismo, é muito recente historicamente. Embora já existissem iniciativas desse tipo desde os anos 80, inclusive com algumas experiências dentro de governos, apenas em 1995, com a realização da Marcha Zumbi, isso passou a acontecer de maneira organizada. Afinal, foram mais de dez anos para que a discussão sobre o racismo se legitimasse minimamente na sociedade. Com essa legitimação é que outras possibilidades de organização política foram se abrindo – quilombolas, mulheres negras, juventude negra, entre outros.

Com a realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, realizada em Brasília, o movimento negro compreendeu que já havia feito todas as denúncias, com a ajuda de várias organizações e fundações, inclusive a CESE. Era hora do Estado reconhecer a “maioridade política” da população negra e assumir sua responsabilidade. Mas, foi só a partir de 2003 que uma certa medida de incorporação da questão racial pelo Estado se disseminou pelo Brasil afora. Do ponto de vista histórico, é pouco tempo para saber no que isso vai dar.



CONTRIBUIÇÃO DE SÍLVIO HUMBERTO

Sílvio Humberto destacou a idéia da consciência negra como uma estratégia do movimento para politizar a condição de ser negro no Brasil. Portanto, não há projeto político sem consciência negra, pois ela torna possível “resgatar a primeira coisa que o racismo tira, que é a humanidade”. É assim que, ao trabalhar a auto-estima de forma politizada, o movimento consegue, inclusive contribuir para proteger a juventude negra da violência:

“Vai abrindo os horizontes, vai abrindo as janelas... Esse jovem com auto-estima elevada não vai entrar em confronto com outro jovem a ponto de eliminá-lo, sendo instrumento disso que nós estamos vivenciando hoje.”

É um desafio para o movimento social, sobretudo para o movimento negro, elevar a auto-estima das pessoas com as quais trabalha, de maneira que as pessoas ganhem um senso de coletividade, compreendam melhor alguns problemas e percebam as razões para lutar.

No entanto, é preciso haver uma preocupação com o que deve vir depois da elevação da auto-estima das pessoas negras. Se o trabalho político das organizações negras pára nesse ponto da auto-estima elevada, há o perigo de se ficar preso na idéia de que “negro é lindo”, “negro é cultura”, restringindo o espaço para a população negra na sociedade. O reconhecimento da





importância da cultura negra foi uma conquista, mas também é preciso perceber como essa conquista foi ao longo do tempo sendo absorvida e como se multiplicaram as iniciativas de promoção da cultura negra de maneira folclorizada, esvaziada histórica e politicamente.

Um outro elemento muito importante a ser considerado é a reconfiguração do mito da democracia racial. Se por um lado, a conquista e o debate das ações afirmativas derrubam o velho mito da democracia racial, este se reconfigura através do discurso da elite acadêmica e intelectual, que se utiliza de recentes afirmações científicas acerca da inexistência biológica da raça para deslegitimar direitos e políticas voltadas para a população negra para a reparação dos efeitos do racismo e da discriminação.

É preciso ressaltar ainda que o convencimento de pessoas e instituições de diversos segmentos sobre a importância da questão racial é uma estratégia válida. Ela pode levar à construção de uma sólida rede de alianças entre entidades do movimento negro e outros segmentos. Além disso, olhares externos ao movimento negro podem ser úteis para seu avanço.



OUTROS PONTOS IMPORTANTES DO DEBATE

O debate girou em torno das conexões entre identidade negra e racismo, além das estratégias dos movimentos sociais para o enfrentamento do racismo e das desigualdades.

- O movimento negro, nos últimos anos, vem influenciando cada vez mais as pautas políticas dos partidos (e também de sindicatos, governos, ONGs, etc.) para o reconhecimento da importância da questão racial e a necessidade de desenvolvimento de políticas de enfrentamento ao racismo. Esses são todos espaços importantes para a construção da igualdade racial, mas são muitos os conflitos, pois os interesses dessas esferas nem sempre coincidem e há uma tendência dos partidos de sobrepor suas agendas à agenda do movimento negro.
- É importante atentar para o uso da linguagem, pois ela carrega consigo uma série de conteúdos historicamente sedimentados que as organizações do movimento popular querem transformar. Piadas racistas, homofóbicas ou machistas são um exemplo mais evidente disso, mas o uso de certas expressões como “denegrir” também reforçam a associação da raça negra com conteúdos negativos.





- É preciso manter o olhar atento às normas implícitas que operam nas instituições impedindo uma maior representação de negros e negras, principalmente nos cargos de maior poder. A adoção de políticas de ação afirmativa tem trazido bons resultados em vários espaços.
- O Estado brasileiro muitas vezes funciona contra a população negra, seja colocando seu aparato repressivo para oprimi-la, seja pela ausência de políticas de promoção da igualdade racial.
- A educação para a construção de uma sociedade não-racista deve abranger o conjunto das pessoas, brancas e negras, pois o racismo está entranhado – de formas diversas - nas relações sociais e na subjetividade.
- Para as pessoas brancas que se colocam como aliadas da luta anti-racista, o processo de identificação com o opressor é vivenciado com muita dificuldade. O que aparece como culpa, num primeiro momento de despertar para o fato de que se têm privilégios garantidos por uma sociedade racista, deve se transformar em responsabilidade e compromisso com a construção da igualdade racial.
- A organização da juventude no período mais recente traz novos aspectos da luta política, com um avanço muito



- significativo na organização da juventude negra. Isso é muito positivo, embora em alguns momentos surjam tensões com militantes mais antigas, principalmente devido às distintas noções de temporalidade. É importante reconhecer a importância da caminhada do movimento negro até agora, tomando-a como referência para os novos passos e buscando construir uma agenda comum, capaz de comportar as particularidades.

“Todos nós, negros de qualquer idade, que estamos nesse movimento, pertencemos à mesma geração, porque os objetivos ainda são os mesmos. O racismo está aí, mudando de cara, diariamente, então todo mundo está ainda na batalha, algumas querendo se aposentar sem poder, mas está todo mundo, cada um no seu canto, no seu espaço, na batalha”.

- Uma vez que a identidade negra é reconhecida e valorizada pelas pessoas nas comunidades em que o trabalho é desenvolvido, um grande desafio é colocado pela realidade externa, em que a identidade negra é vista como subalterna. Esse confronto leva as pessoas negras a questionamentos e muitas vezes a conflitos, tanto no âmbito pessoal como coletivo.

“Como manter uma auto-estima elevada, construída nas práticas políticas comunitárias, numa sociedade estruturada pelo racismo?”





“Vivemos sob uma construção histórica perversa – o mundo nos diz não! A polícia nos intimida. Por outro lado, vivemos a mesma pressão de uma relação muito consumista, capitalista.”

- Foi enfatizada ainda a necessidade de uma maior articulação entre a agenda do movimento de direitos humanos e a agenda do movimento negro, principalmente na Bahia, para enfrentar as violações de direitos humanos com base na raça, em particular os altos índices de assassinatos de jovens negros, o que vem sendo chamado de genocídio ou extermínio da juventude negra.



2.3 OS EFEITOS DO PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A partir das visitas aos projetos, dos debates ocorridos no EAP e da oficina interna realizada na CESE, foram identificados efeitos dos projetos apoiados, organizados em quatro campos: efeitos nas comunidades de atuação dos grupos, engajamento dos grupos nas políticas públicas, relações de gênero e fortalecimento das organizações apoiadas.

EFEITOS NAS COMUNIDADES

Foram identificados diversos efeitos nas comunidades abrangidas pelos projetos apoiados:

- Aumento da auto-estima de crianças e jovens negros/as a partir da valorização da cultura e estética negra, fundamental como primeiro passo para o acesso a direitos;
- Maior visibilidade para a violência contra a juventude negra, como subsídio para exigir o enfrentamento do problema pelo poder público.





- Capacitação de lideranças comunitárias para identificar e denunciar situações de racismo e outras violações de direitos humanos.
- Aumento da auto-estima de crianças e jovens negros/as a partir da valorização da cultura e estética negra, fundamental como primeiro passo para o acesso a direitos;
- Maior visibilidade para a violência contra a juventude negra, como subsídio para exigir o enfrentamento do problema pelo poder público.
- Capacitação de lideranças comunitárias para identificar e denunciar situações de racismo e outras violações de direitos humanos.
- Geração de renda para moradores/as de bairros populares, com valorização de estratégias coletivas.

Maior visibilidade e incentivo às práticas de promoção da saúde da população negra desenvolvidas a partir da medicina popular, praticada nos terreiros, como ocorreu a partir do apoio à III Feira de Saúde da Casa Branca.

- Melhoria de serviços públicos, a exemplo de uma escola pública do bairro de Valéria em que, através de uma denúncia no Ministério Público, o grupo conseguiu a exoneração de uma diretora que ameaçava os alunos.



- Maior reconhecimento público da problemática da intolerância religiosa como violação de direitos.
- Valorização dos terreiros como espaços de fortalecimento da identidade negra e de apoio às comunidades próximas a eles, contribuindo para a desconstrução de estereótipos negativos sobre os terreiros.
- Fortalecimento de vínculos entre terreiros de candomblé e ampliação de canais de diálogo entre terreiros e sociedade civil.
- Criação de núcleos de estudos sobre a questão racial no Brasil em cidades do interior.





GERAR RENDA, FORTALECER A IDENTIDADE NEGRA

O caso do Abará Cultural

A CESE apoiou a realização da segunda edição de um bazar no Tanuri Junsara, terreiro localizado no Engenho Velho da Federação, em Salvador. A idéia de realizar um bazar surgiu no contexto de ampliação do terreiro, ao mesmo tempo possibilitando troca de experiências e um espaço de comercialização dos produtos de pessoas e grupos existentes no bairro e em outros terreiros.

De lá pra cá, o bazar tornou-se um evento permanente, o *Abará Cultural*, realizado mensalmente, e já entrou para o calendário da comunidade. Lá, são expostos diversos tipos de produtos, como alimentos (feijão, abará, acarajé), sabonetes de ervas, confecções e artesanato. Além disso, há manifestações culturais – recital de poesias, apresentações de hip hop, entre outras.

Além de gerar renda para o terreiro e para os/as expositores/as, o *Abará Cultural* contribui para a



valorização de elementos da cultura afro-brasileira, para a afirmação da identidade, para a promoção de uma cultura de paz e para a articulação entre vários terreiros. O êxito dos eventos serviu ainda

“A realização do projeto permitiu a descoberta de fazer as coisas do jeito da gente, porque aí é que a gente pode contribuir para mudar os jeitos que estão padronizados e que não nos contemplam. Eu tenho dito para os jovens: vão para a universidade, mas não esqueçam seu jeitos; pega o que pode pegar mas não esqueçam nos jeitos, os jeitos das comunidades de terreiro... A gente pode voltar ao jeito dos antigos, a um outro modelo de sociedade com direitos para todos... Estamos perdendo nosso jeito... Venho de um tempo que a gente fazia as coisas pelo coletivo, hoje se faz pelo dinheiro...Precisamos voltar a militância de um tempo atrás...Hoje é o tempo das vaidades – eu e não nós” (Makota Valdina, Tanuri Junsara)..”





POLÍTICAS PÚBLICAS

Vários dos projetos apoiados contribuíram de alguma forma para fortalecer o engajamento dos grupos na formulação e acompanhamento de propostas de políticas públicas de promoção dos direitos da população negra. Em alguns casos, a implementação do projeto possibilitou uma maior interlocução com órgãos governamentais e conselhos, como Ministério Público, SEMUR – Secretaria Municipal da Reparação, Secretaria Municipal de Educação, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Municipal de Saúde, CONSEA, universidades públicas e Rádio Educadora, entre outros.

A ampliação do debate e a pressão social pela garantia das cotas para negros/as na universidade também foi um ponto forte, envolvendo estudantes de escolas públicas com poucas oportunidades de refletir sobre o assunto, como foi feito no projeto Quadro Negro, da Banda Simples Rap'ortagem. De fato, observou-se uma mudança significativa na visão da juventude que participou do projeto, que passou a compreender a importância das cotas, deixando de ter uma visão negativa sobre elas.

Outros projetos envolveram ações de divulgação de leis com forte impacto nos direitos de negras e negros, como a Lei Maria da Penha, de combate à violência doméstica contra as mulheres e a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio, como foi relatado em relação ao projeto *“Viagem Visual e Oral na História do Ilê Axé Oxumarê”*:



“Com o projeto, mobilizamos 12 escolas da região da Federação e atuamos na formação chamada de ‘Idas e Vindas’ ou seja, Idas às escolas e Vindas ao Terreiro. Isto reforçou a discussão e implementação da Lei 10.639.”

Houve ainda o fortalecimento de redes e articulações, possibilitando assim um esforço conjunto de construção de propostas e maior força política para defesa dessas propostas.

Para a Rede Aiyê Hip Hop, o projeto possibilitou a criação do núcleo de comunicação da Rede, o que contribuiu para criar as condições políticas para a elaboração do projeto da Casa do Hip hop, em conjunto com diversas entidades (do movimento hip hop e de fora dele). Trata-se de um projeto importante para a organização do movimento, que foi pautado na conferência da igualdade racial. Este projeto está registrado na Fundação Cultural e tramitando nas secretarias estaduais de cultura, educação e combate a pobreza.

No entanto, foram identificados alguns desafios significativos no campo das políticas públicas:

- necessidade de qualificação para participação em instâncias de proposição e controle social de políticas públicas;
- pouco aprofundamento de propostas de políticas públicas relacionadas à questão da violência/ segurança pública;
- compreensão frágil sobre direitos humanos entre as organizações do movimento popular e na sociedade como um todo;
- baixa articulação entre o referencial dos direitos humanos e a afirmação da identidade negra.





RAP'ENSANDO A EDUCAÇÃO

Lar Joana Angélica

O Lar Joana Angélica surgiu a partir da atuação de um grupo de teatro que fazia apresentações nas periferias de Salvador. Esse grupo iniciou o trabalho de construção do Lar e montou uma peça teatral contando a história do bairro de Valéria. Na peça, o grupo resgata a história de ocupação do bairro por retirantes nordestinos, e o encontro com uma população indígena estabelecida. Além disso, trabalham com a história do Brasil e da África, buscando destacar o papel dos povos indígenas na história.

O projeto *RAP'ensando a Educação* proporcionou a realização de oficinas de produção de músicas em que os temas identidade, direitos e valorização do povo negro foram constantes. Para o grupo, as músicas ajudam os jovens a aceitar e valorizar sua raça, como no trecho de um RAP emblemático da ação do grupo no que diz respeito à questão racial:

*“Meu black e minhas tranças
referência para as crianças
minhas tranças e meu black
referência para os moleques”.*



Essa letra expressa a percepção do grupo sobre a importância da estética na valorização da identidade negra.

O *RAP'ensando a Educação* favoreceu a combinação de elementos do hip hop com elementos de música nordestina, em especial o coco de embolada, divulgou a entidade e as histórias da comunidade. Foi realizada também uma oficina sobre gênero, pois foi um tema tratado em muitas das músicas produzidas nas demais oficinas. Os resultados das oficinas foram apresentados em quatro escolas do bairro, possibilitando um maior alcance da mensagem do grupo.

E o grupo não parou por aí: já está planejando a produção de um novo espetáculo teatral sobre a criação do mundo a partir do mito de Nanã, deusa africana da fertilidade e das regiões de transição.





RELAÇÕES DE GÊNERO

A maior parte dos grupos da amostra referiu-se explicitamente à preocupação com a equidade na participação numérica entre mulheres e homens, mesmo quando essa equidade não foi alcançada. Em diversos projetos, foi mencionada a participação expressiva de mulheres na elaboração e execução dos projetos e no público beneficiário.

No caso dos grupos de hip hop, as mulheres não se ocupam dos elementos artísticos tanto quanto os homens, dedicando-se mais ao trabalho de articulação política e elaboração de projetos, entre outras atividades de caráter mais institucional. E como o “poder” do hip hop está muito ligado aos elementos artísticos, isso pode comprometer a partilha de poder. No caso dos terreiros de candomblé, foi constatada maior presença de mulheres nas funções religiosas, conferindo maior poder às mulheres. É importante ressaltar que o poder das mulheres no candomblé é reconhecido de maneira positiva (inclusive a partir da ideia de matriarcado, entendido como poder descentralizado), mas com uma grande valorização do equilíbrio na comunidade de terreiro, em que há divisão de tarefas entre homens e mulheres, sem que haja uma hierarquização.

Alguns grupos afirmaram que a realização dos projetos trouxe efeitos positivos, como no projeto *“Afro-descendentes Rumo ao Ensino Superior”*, em que a abordagem sobre relações de gênero no cursinho “levou os homens a rever posturas mais fechadas sobre conceitos de masculinidade, relações entre o feminino e o



masculino e, principalmente, dividiu entre homens e mulheres as tarefas de preparar lanches e confraternizações”. A Rede Aiyê Hip Hop relatou que as mulheres ficaram mais fortalecidas na rede a partir da realização do projeto. Um indicador desse ganho foi a aprovação de uma proposta do grupo para um fundo específico para mulheres.

No entanto, em alguns projetos, houve uma certa invisibilidade da dimensão de gênero e, em alguns casos, uma compreensão do tema que pode ser considerada conservadora, seja preservando os papéis e estereótipos de atividades para meninos e meninas ou valorizando a família como a base do trabalho, sem considerar as relações de poder internas à família, marcadas também pela dimensão de gênero. Há também dificuldades em visualizar benefícios diferenciados para homens e mulheres.

Foram constatadas poucas referências ao feminismo. Um grupo ligado ao hip hop ressaltou o posicionamento das vocalistas como “mulheres negras militantes feministas, com discurso e cobrança na igualdade de direitos e na participação das mulheres negras”, sendo recorrente no trabalho o tema da discriminação das mulheres negras. Outro grupo, ligado a um terreiro de candomblé, levantou uma crítica à “importação” do feminismo para a realidade do terreiro, mas reconheceu a importância política do feminismo no mundo “aí fora”.

“Adotar a visão do feminismo que tem aí fora está equivocado, pois não tem nada a ver com as nossas origens. O feminismo surgiu porque a mulher é desrespeitada. No candomblé não tem função maior ou menor, não tem hierarquia.(...) Existe uma grande valorização da mulher.”





FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES APOIADAS

Todas as organizações que participaram da avaliação são reconhecidas pelas comunidades onde atuam como grupos que têm atuação na defesa dos direitos do povo negro. Essa percepção é garantida pela própria natureza dos projetos apoiados – todos eles, mesmo com distintas atividades, referem-se a lutas e questões ligadas à população negra. No caso dos grupos ligados ao *hip hop*, a própria origem dessa expressão cultural está fortemente ligada à questão racial.

No entanto, observou-se que essa percepção não acontece de forma homogênea para todos os grupos. Algumas organizações são publicamente identificadas como organizações ligadas ao movimento negro e outras não (pelo menos não exclusivamente), pois trabalham também com outros públicos e temáticas. Além disso, quanto mais perto do centro da cidade e quanto maior o grau de escolarização das lideranças das entidades, maior é a percepção, por parte das próprias organizações, de pertencimento do grupo ao movimento negro.

O apoio da CESE aos projetos contribuiu nesse campo, já que possibilitou a afirmação das entidades como grupos de referência na comunidade e na cidade, aumentando sua visibilidade e reconhecimento público. Alguns grupos relataram que, a partir da realização dos projetos, passaram a ser convidados a opinar sobre temas e a comparecer em eventos relacionados à questão racial. O apoio da CESE, como entidade ecumênica de abrangência nacional, também reforçou a relevância da



questão racial para o enfrentamento das desigualdades sociais e estimulou a promoção da cultura de direitos humanos.

Além disso, vários grupos referiram-se à ampliação da capacidade institucional com o apoio do PPP, em vários aspectos, tais como:

- Conhecimento e acesso a novas fontes de financiamento
- Aumento na participação interna
- Qualificação do discurso e intervenções das lideranças quanto à questão racial
- Prática de registro e sistematização do trabalho realizado pelo grupo
- Maior capacidade de articulação com outras entidades, no campo do movimento negro e outros.







3 RECOMENDAÇÕES

A partir dos debates, foram construídas coletivamente recomendações para o avanço na luta por direitos para a população negra. Essas recomendações são importantes em diferentes níveis tanto para a CESE, como para as organizações presentes do EAP e demais organizações que se proponham a trabalhar pela igualdade racial.

- O reforço à auto-estima deve ser mantido como prioridade, já que é a base para o reconhecimento das pessoas negras como sujeitos de direito e, portanto, fundamental para o enfrentamento coletivo ao racismo e à exclusão social.
- Também deve ser mantido o apoio a projetos de valorização da cultura e estética negra, área que vem sendo priorizada pela CESE, apesar de ter havido resistência durante alguns anos, devido à compreensão de que não seriam iniciativas diretamente ligadas à luta pelos Direitos Humanos.
- Devem ser apoiadas ações e projetos que pressionem o Estado a promover direitos para a comunidade negra, ao contrário da perspectiva de substituição do papel do Estado pelas organizações populares.

“A CESE tem que viabilizar apoio para projetos para a gente fazer um trabalho político no interior da comunidade e não para prestar serviços que o Estado não está prestando.”



- É necessário investir mais no desenvolvimento de habilidades de incidência política para a garantia de direitos, em especial para as organizações religiosas de matriz africana.
- É fundamental o apoio a ações que desenvolvam a compreensão sobre o racismo institucional⁸, seu significado e estratégias de enfrentamento. Isso é essencial para uma compreensão de diversos fenômenos, como, por exemplo, o assassinato de jovens negros por policiais também negros.
- O apoio a projetos que estimulem a formação e empoderamento de lideranças, especialmente jovens e mulheres negras, é essencial para a renovação dos quadros e fortalecimento das lutas por direitos.

Entre os temas prioritários para apoio a projetos e ações de diálogo e articulação, devem constar:

- Considerando a identidade ecumênica da CESE, a questão da intolerância religiosa foi bastante enfatizada. Nesse campo, foi sugerido que a CESE promova um encontro sobre negritude e religião, com negros/as católicos, evangélicos e do candomblé, tendo como mote o racismo que atinge a todos e o direito à diversidade religiosa.
- Enfrentamento à violência contra a juventude negra, inclusive estimulando a articulação entre as agendas do movimento de direitos humanos e do movimento negro para a definição de estratégias conjuntas.

8. O racismo institucional é aqui entendido como o fracasso coletivo das organizações e instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem racial. Ele se revela por meio de processos, atitudes e comportamentos discriminatórios



- Fortalecimento da luta quilombola.
- Inserção da juventude negra no mundo do trabalho.
- Empoderamento das mulheres negras.
- Estímulo à implementação da lei 10.639/03, sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio.
- Aprofundamento do debate sobre a relação entre partidos e movimentos sociais.
- Articulação das dimensões de raça e etnia às questões de classe, gênero e geração.
- Promoção do direito à comunicação, através, por exemplo, do apoio a estratégias e veículos de comunicação comunitária.

Foi ressaltado o significado positivo de espaços de diálogo entre a CESE e organizações do movimento popular, tais como o EAP, pois possibilitam a sintonia entre as agendas, a reflexão sobre temas fundamentais no campo dos direitos humanos e o aprimoramento do trabalho das organizações populares e da CESE.



resultantes do preconceito, da ignorância, da falta de atenção ou de estereótipos racistas que colocam pessoas negras em situação de desvantagem política, econômica e social” (Dr. Elias Sampaio, Diretor da Prodeb em Contribuição ao Movimento negro em 2004)







4 “ECOS” DO ENCONTRO

Há 36 anos a CESE procura fortalecer grupos populares e outras organizações da sociedade civil em suas ações de defesa e promoção de direitos humanos, apoiando projetos, estimulando o diálogo e a ação articulada entre os grupos e qualificando os processos de incidência em políticas públicas.

O EAP reafirmou a pertinência da estratégia da CESE, por intermédio do seu Programa de Pequenos Projetos - PPP, no apoio a ações de caráter pontual, que de forma ágil contribui para o fortalecimento das organizações populares, respeitando e incentivando a sua autonomia e protagonismo.

No campo da promoção da igualdade racial, ressalta-se o apoio a projetos que direta ou indiretamente trabalham o desenvolvimento ou afirmação da auto-estima da população negra, como eixo importante para o reconhecimento e pertencimento identitário. Afirma-se ainda a necessidade da abordagem articulada das dimensões de raça e etnia com considerações de classe, gênero e geração.

No âmbito do diálogo inter-religioso, os desafios aumentaram com o crescimento da intolerância, instigando a CESE a ampliar suas ações nesse campo. Compreendemos que é necessário um estreitamento das relações entre a CESE e as entidades ligadas às religiões de matriz africana, entendendo-as, para além do seu caráter religioso, como organizações políticas e sociais que realizam importantes trabalhos nas comunidades de seu entorno, a exemplo de mobilizações contra a violência e construção da paz. É fundamental reforçar a luta por garantia de direitos para os adeptos dessas religiões e o enfrentamento da intolerância religiosa, inclusive pela qualificação de pessoal para intervenção





nas instâncias de formulação e controle social de políticas públicas.

Em relação à temática da violência e segurança pública, diante do aumento das mortes violentas de jovens negros, a CESE deve incentivar uma maior articulação entre o movimento de direitos humanos e o movimento negro na construção de propostas políticas e estratégias conjuntas.

A CESE percebe que o direito à educação é relativamente pouco trabalhado pelos movimentos sociais e que ela deve dar mais atenção a esta temática, considerando que, pelo cruzamento de classe e raça, a população negra não tem acesso a uma educação formal de qualidade. Entre questões específicas relacionadas à educação, a CESE deve estimular a implementação da lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental.

Comprovamos que o Programa de Pequenos Projetos – PPP atende a uma diversidade de públicos e temáticas que favorece a unidade na intervenção política dos movimentos sociais. Isso se verificou, por exemplo, na realização do EAP, do qual participaram grupos diversos com projetos em áreas como educação, cultura e religiosidade. Ao facilitar o diálogo e a articulação entre organizações dos movimentos populares, a CESE agrega valor ao programa.

Constatamos o surgimento de novos sujeitos, a exemplo das organizações da juventude negra e de religiões de matriz africana. Percebemos o potencial de ampliar os aprendizados para outros movimentos que não tenham como temática central a questão



racial, contribuindo para a legitimação pública das propostas políticas encampadas pelo movimento negro.

Percebemos como um desafio, na relação com os grupos e movimentos, estimulá-los a incorporar a abordagem de direitos humanos, eixo central da atuação da CESE, a partir da constatação de que isto não está plenamente assumido, ainda, entre os grupos que estão contribuindo para a promoção de tais direitos.







5 PROJETOS QUE PARTICIPARAM DA AMOSTRA DE AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PPP



ASSOCIAÇÃO CULTURAL AFOXÉ GANGA ZUMBA

Organização

MATA ESCURA

Bairro

I SEMINÁRIO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Conscientizar entidades e terreiros da importância do seu papel não só na preservação da religiosidade, mas no processo de cidadania da população local; incentivá-los a abrir suas portas para atividades sociais (ações, oficinas, atividades auto-sustentáveis que gerem trabalho e renda, parceria com outras instituições) que beneficiem a comunidade pobre, marginalizada e excluída que vive no seu entorno.

Atividades:

Realizar o I Seminário de Religiões de Matriz Africana, promovido pelos terreiros de candomblé junto às comunidades dos quilombos da Mata Escura, com 500 participantes. Temas: Perspectivas sociais e econômicas para inclusão da comunidade; cultura, tradição e religiosidade; saúde e violência; ocupação e renda; financiamentos.



**ASSOCIAÇÃO QUILOMBO RAIZ JOVEM**

Organização

CANABRAVA

Bairro

PROJETO BELEZA NEGRA

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Possibilitar que os jovens se percebam enquanto negros, mostrando toda a sua beleza e talento, através do teatro, da música, da poesia e do desfile; incentivar o potencial artístico da juventude negra da comunidade; sensibilizar a comunidade para a importância de valorizar e acolher a juventude do bairro; possibilitar a valorização e integração de iniciativas de protagonismo juvenil, potencializando as iniciativas já existentes dos jovens da comunidade nas áreas de teatro, música, dança e poesia.

Atividades:

Realizar a Oficina de Consciência Negra; Concursos de Teatro, Dança, Música e Poesia; Oficina de Trançado; Desfile da Beleza Negra, com a participação de 330 jovens.

**CENTRO AFRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DA VIDA
PADRE EZEQUIEL RAMIN**

Organização

SUSSUARANA

Bairro

**COM BELEZA, ARTE E ESPORTE, VAMOS DESCOBRIR
SEMPRE MAIS NOSSA CONSCIÊNCIA NEGRA PARA LUTAR
PELOS NOSSOS DIREITOS, PROMOVENDO O AXÉ.**

Projeto apoiado

COMUNICAÇÃO E CULTURA

Natureza do projeto

Objetivos:

Fortalecer a identidade de crianças da Grande Sussuarana, levando-as a reconstruir sua concepção de beleza, valorizar suas raízes, resgatar sua auto-estima.

Atividades:

Celebrar o Mês da Consciência Negra com dramatização e desfiles de beleza afro, homenageando mulheres afro-descendentes; Batizado de Capoeira e apresentação de Dança e Música Afro.





**CENTRO AFRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DA VIDA
PADRE EZEQUIEL RAMIN**

Organização

SUSSUARANA

Bairro

CAPACITAÇÃO DE ADVOGADOS POPULARES

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Instrumentalizar lideranças dos bairros da Grande Sussuarana - Salvador/BA, para exercer a missão de Advogados Populares, na defesa dos direitos dos desfavorecidos.

Atividades:

Realizar um curso de 120 horas para 30 participantes, em seis módulos: 1. Direito e Constituição; 2. Constituição Brasileira, conteúdo, complemento, direitos fundamentais; 3. Artigos 5º e 6º, Garantia para assegurar esses direitos; 4. Petições, Ação Popular, Ação Civil pública, Habeas Corpus; 5. Elaboração de cartilha, procedimentos, acompanhamento de casos concretos, instâncias e agências de defesa dos direitos; 6. Elaboração do banco de dados das violações dos direitos humanos da Grande Sussuarana.



**CENTRO ARQUIDIOCESANO DE ARTICULAÇÃO DA
PASTORAL AFRO**

Organização

PELOURINHO

Bairro

AFRO-DESCENDENTES RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Preparar pessoas oriundas de escolas públicas e famílias carentes, em particular afro-descendentes, para ingresso no ensino superior e levá-las à tomada de consciência dos seus direitos, para que se tornem agentes de transformação do meio em que vivem.

Atividades:

Oferecer a 60 pessoas um curso preparatório para o vestibular, aos sábados e domingos.



**CENTRO ECUMÊNICO DE ESTUDOS BÍBLICOS - BAHIA**

Organização

BARRIS

Bairro

CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE BÍBLIA E NEGRITUDE

Projeto apoiado

ARTICULAÇÃO ECUMÊNICA

Natureza do projeto

Objetivos:

Capacitar pessoas que trabalham junto às comunidades, apresentando -lhes critérios de leitura bíblica na ótica da negritude, em vista do resgate de sua auto-estima, identidade e cidadania.

Atividades:

Realizar Curso de Formação sobre Bíblia e Negritude, com 50 participantes.

**GRUPO CULTURAL HIP HOP COM COMPROMISSO**

Organização

BARRA AVENIDA

Bairro

HIP HOP SOLETRANDO ATITUDES

Projeto apoiado

COMUNICAÇÃO E CULTURA

Natureza do projeto

Objetivos:

Promover, através da cultura hip hop, um ciclo de atividades formativas voltadas para os jovens estudantes do Colégio João das Botas, visando ampliar seus conhecimentos sobre direitos humanos, consciência étnico-racial, gênero e cidadania, possibilitando-lhes a elevação da auto-estima, o resgate da identidade afro-descendente, a apropriação de informações e vivências em benefício do exercício pleno de seus direitos e da sua inserção nos diversos espaços da sociedade.

Atividades:

Debates: Da África ao Brasil - a trajetória do negro através da história; Direitos Humanos, cidadania e anti-racismo; Gênero e hip hop; Cooperativismo. Oficinas Temáticas. Exibição de filmes seguida de debate: Faça a coisa certa; Breaking; Ônibus 174; A cor da fúria; Os donos da rua.



**GRUPO HERMES DE CULTURA E PROMOÇÃO SOCIAL**

Organização

JARDIM APIPEMA

Bairro

III FEIRA DE SAÚDE DA CASA BRANCA

Projeto apoiado

SAÚDE POPULAR

Natureza do projeto

Objetivos:

Promover a discussão sobre a importância da saúde corporal para a população negra, resgatando a experiência acumulada durante séculos pelos terapeutas do Candomblé; contribuir para a promoção e prevenção da saúde corporal da população negra, através da abertura de um espaço possível de troca de experiências entre os saberes da medicina afro-brasileira e outras práticas de saúde.

Atividades:

Realizar a III Feira de Saúde da Casa Branca, com um seminário sobre “A saúde corporal da população negra”; oficinas de corpo e atividades físicas; apresentações culturais; exibição de painéis e vídeos educativos; visitação e consulta aos stands da Secretaria Municipal de Saúde, terreiros e ONGs.

**KUNDERENE – ASSOCIAÇÃO TANURI JUNSARA**

Organização

ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO

Bairro

II BAZAR TANURI

Projeto apoiado

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Natureza do projeto

Objetivos:

Possibilitar a pequenos grupos produtivos ligados aos candomblés Angola, Jêje, Ketu e comunidades do Engenho Velho da Federação vender seus produtos e trocar experiências, numa perspectiva de crescimento para auto-sustentação, luta contra o racismo, promoção ao diálogo inter-religioso, preservação da natureza e cultura da paz.

Atividades:

Realizar o II Bazar Tanuri, incluindo as seguintes atividades: painel histórico do terreiro; Espaço Vunji (atividades para crianças); feira de artesanato; intercâmbio cultural; brechó.



**LAR JOANA ANGÉLICA**

Organização

BOCA DA MATA / VALÉRIA

Bairro

RAP'ENSANDO A EDUCAÇÃO

Projeto apoiado

COMUNICAÇÃO E CULTURA

Natureza do projeto

Objetivos:

Desenvolver um trabalho de arte-educação com crianças e adolescentes negros do Bairro Valéria, contribuindo para a construção de uma contracultura que combata a desesperança, eleve a auto-estima e respeite as diferenças; resgatar junto aos jovens a história local e do seu povo; valorizar o hip hop como instrumento de luta da cultura popular; abrir oportunidades de participação e interação dos jovens com o meio social como forma de neutralizar, gradativamente, os fatores que os levam à criminalidade e à contravenção.

Atividades:

Realizar oficinas que terão como tema específico as linguagens: rap (cultura hip hop mundial e local, poesia popular); coco de embolada (literatura de cordel, duelo de rimas); DJ (hip hop, ritmo, mixagem, performance, profissionalização); produzir oito músicas a partir dessas oficinas.

**POSSE DE CONSCIENTIZAÇÃO E EXPRESSÃO - LAURO DE FREITAS**

Organização

ITINGA/ LAURO DE FREITAS

Bairro

**IV SEMINÁRIO MULHERES EM AÇÃO:
O MATRIARCADO - DO TERREIRO AO
HIP HOP**

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Elevar a auto-estima da mulher negra de Lauro de Freitas; estreitamento da relação da rua (hip hop) com o terreiro; ampliar as informações propagadas pelo grupo; fomentar intercâmbio entre jovens de diferentes bairros.

Atividades:

Seminário com mesas redondas e oficinas.



**LAR JOANA ANGÉLICA**

Organização

PERIPERI

Bairro

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO REDE AIYÊ HIP HOP

Projeto apoiado

COMUNICAÇÃO E CULTURA

Natureza do projeto

Objetivos:

Criar um núcleo de comunicação integrada a fim de potencializar as articulações da Rede Aiyê Hip Hop, dando maior visibilidade às suas ações.

Atividades:

Criar página na internet; produzir vídeo-documentário sobre história do movimento hip hop baiano e da Rede Aiyê; criar fanzine com temas ligados ao hip hop, gênero e negritude; elaborar folder de apresentação da rede; montar lista dos principais contatos do movimento; articular parceria com rádios comunitárias que fazem programas de rap para divulgar as ações da rede.

**SIMPLES RAP'ORTAGEM**

Organização

BARRIS

Bairro

QUADRO NEGRO

Projeto apoiado

EDUCAÇÃO

Natureza do projeto

Objetivos:

Sensibilizar e conscientizar jovens afro-descendentes, estudantes de escolas públicas, quanto aos temas cotas, universidade Pública, movimento Hip Hop e racismo, contribuindo assim para a superação da discriminação racial.

Atividades:

Realizar em escolas públicas oficinas mensais com a temática "Hip Hop pelas Cotas - Uma Reação Afirmativa", com rap, break, Grafite e DJ; distribuir cartilhas e CDs.





**SOCIEDADE CULTURAL E CARNAVALESCA
AFOXÉ FILHOS DO KORIN EFAN**

Organização

CARMO/ PELOURINHO

Bairro

**SEMINÁRIO RELIGIOSIDADE DE MATRIZ
AFRICANA NO BRASIL**

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Contribuir para a formação do povo de Candomblé; fortalecer sua auto-estima; preservar e difundir importantes aspectos das religiões de matrizes africanas; fortalecer vínculos entre os terreiros de candomblé; mediar o diálogo entre Terreiro e Sociedade Civil; difundir o caráter humanitário dos terreiros de Candomblé.

Atividades:

Realizar o Seminário: Orixás, Nkisis e Voduns - Religiosidade de Matriz Africana no Brasil.



**SOCIEDADE CRUZ SANTA DO AXÉ OPÔ
AFONJÁ**

Organização

SÃO GONÇALO DO RETIRO

Bairro

**SEMINÁRIO MUNICIPAL SOBRE RAÇA E
RENDA**

Projeto apoiado

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Natureza do projeto

Objetivos:

Construir modelos de políticas de apoio aos alunos pobres e criar referências e instrumentos para que as escolas lidem com as diferenças cognitivas dos alunos vítimas da pobreza (que apresentam altos índices de desnutrição, sofrem com a violência em sua casas e comunidades e com uma estrutura familiar frágil), buscando assim superar os obstáculos que inviabilizam a universalização do acesso à educação.

Atividades:

Realizar o Seminário Municipal sobre Raça e Renda, com duas mesas sobre os temas “Histórico e análise na construção da geração de renda da comunidade negra do Brasil” e “Políticas Públicas de Geração de Renda”; seguido da inauguração do Instituto Odé Kayode.





SOCIEDADE RELIGIOSA CULTURAL E BENEFICENTE SÃO SALVADOR - ILÊ AXÉ OXUMARÊ

Organização

VASCO DA GAMA

Bairro

VIAGEM VISUAL E ORAL NA HISTORIA DO ILÊ AXÉ OXUMARÊ

Projeto apoiado

DIREITOS HUMANOS

Natureza do projeto

Objetivos:

Levar a comunidade do entorno do Ilê Axé Oxumarê (que será tombado pelo IPAC) a perceber a importância deste espaço sagrado, suas ações de respeito ao meio ambiente e aos mais velhos, e sua participação na formação e crescimento do bairro; conscientizar a comunidade da sua importância para que as ações de responsabilidade social sejam integradas e participativas, além de desfazer o preconceito existente com relação a esse segmento religioso que muito contribui para preservar os valores, construir a identidade e melhorar a auto-estima do povo negro.

Atividades:

Realizar, no dia 20 de novembro, uma exposição de fotos históricas do acervo da Fundação Pierre Verger, de arquivos pessoais, imagens e notícias de jornal; abrir o espaço para que alunos das escolas do bairro possam fazer um roteiro histórico pelo terreiro; publicar um livro de poesias, textos, depoimentos e fotos; encerrar com um coquetel.



Há 37 anos apoiando quem luta por direitos no Brasil. Faça sua parte, apoie a CESE.
Visite nosso site: www.cese.org.br.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

Rua da Graça, 164, Graça. Salvador - Bahia - Brazil CEP: 40.150-055
Tel: 71 2104 5457. Fax: 71 2104-5456
E-mail: cese@cese.org.br